

DISPUTAS PELO DIREITO AO HABITAR NA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE PONTA GROSSA - PARANÁ: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Gabriela de Lima Manique Barreto [1]

Nisiane Madalozzo [2]

Edson Belo Clemente de Souza [3]

INTRODUÇÃO

A organização do espaço urbano no Município de Ponta Grossa, localizado no centro-leste do Estado do Paraná com 358.371 habitantes (IBGE, 2022), reflete desigualdades evidenciadas na relação entre suas características naturais — como relevo acidentado, fundos de vale e rede hidrográfica densa — e as transformações antrópicas. A combinação desses fatores com a expressiva especulação fundiária intensificou a segregação socioespacial, consolidando uma distribuição desigual da população no território (Madalozzo, 2022).

Movimentos de luta por moradia têm presença expressiva na organização e nas mobilizações, contudo, as interseções entre gênero, raça e classe impõem limites à sua influência na formulação de políticas públicas, dificultam o acesso de mulheres negras a posições de liderança dentro dos próprios movimentos e comprometem a sistematização de propostas interseccionais no campo da política urbana.

A partir dos argumentos apresentados, esta pesquisa investiga a produção socioespacial da desigualdade urbana a partir da análise das propostas apresentadas na 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa. A Conferência, enquanto instrumento de formulação participativa de políticas públicas, revela-se também como espaço de disputa simbólica e material, onde se expressam tanto os limites da política urbana institucionalizada quanto as resistências formuladas por sujeitos historicamente marginalizados. Para tanto, adota-se a perspectiva interseccional para compreender tanto o impacto dessa participação na formulação de políticas habitacionais quanto seu potencial de mobilização coletiva.

A autora obteve informações a partir dos dados sistematizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN, 2024), responsável pela organização do evento. A partir desse material, realizaram-se o tratamento das informações que possibilitaram uma análise crítica orientada pelas categorias teóricas da pesquisa. Espera-se que a discussão,

que é parte integrante da dissertação em andamento¹, contribua para uma reflexão sobre a relação entre as desigualdades interseccionais e a produção desigual da moradia no município.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pauta da moradia é uma das mais recorrentes nas Conferências da Cidade, presente desde o primeiro registro estadual do evento (Paraná, 2005). Essas conferências são fruto da Lei Federal nº 10.257/2001 — o Estatuto da Cidade — que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, referentes à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e à função social da cidade (Brasil, 2025). Os debates iniciados na esfera municipal podem alcançar a Conferência Nacional das Cidades, influenciando a formulação da política urbana brasileira.

Em Ponta Grossa, cidade com cerca de 360 mil habitantes, 23.931 pessoas vivem em Favelas e Comunidades Urbanas (FCs), o que representa aproximadamente 7% da população (IBGE, 2022). O município apresenta a quarta maior população residente em FCs no Paraná, e os dados revelam uma desigualdade racial significativa: embora a população negra represente apenas 30% da população total, ela é majoritária nessas ocupações urbanas precárias. A diferença entre os sexos, no entanto, é pouco expressiva dentro dos grupos racializados².

Aplica-se para a análise aqui apresentada, aplicasse o conceito de interseccionalidade (Akotirene, 2019; Gonzalez, 2020), abrangendo a articulação simultânea e interdependente de múltiplas categorias sociais — como raça, gênero, classe social — que estruturam relações de poder e produzem formas específicas de desigualdade e exclusão social.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A conferência contou com significativa presença da sociedade civil organizada, tendo 42 representantes de entidades cadastrados. Destacam-se a atuação da União por Moradia Popular de Ponta Grossa e Região (UMP-PG) e do Instituto União das Associações de Moradores e Condomínios (UAMPG), representadas pelas suas lideranças desde a etapa preparatória do evento. A forte inserção da UMP-PG na Comissão Organizadora e entre os delegados eleitos para a etapa estadual evidencia a capacidade de articulação política e mobilização local destas instituições para organização, condução e participação político-institucional do coletivo.

¹ A dissertação em desenvolvimento integra o programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando a obtenção do título de Mestre em Gestão do Território e tendo o Título: *Mulheres negras em luta pelo Habitar em Ponta Grossa – Paraná: Interseccionalidade e segregação socioespacial nas relações de produção e (não) consumo do espaço urbano*.

² Os dados são, em ordem decrescente, de acordo com o Censo (IBGE, 2022): homens negros: 10,41%; mulheres negras; 10,28%; homens brancos: 5,44%; mulheres brancas; 5,19%.

A análise dos nomes dos delegados e suas respectivas organizações permite inferir a presença significativa de mulheres vinculadas à UMP-PG entre as participantes ativas da conferência. A presença expressiva desses movimentos não se traduziu, entretanto, de maneira proporcional na centralidade das pautas habitacionais no conjunto de propostas aprovadas.

Das oito propostas encaminhadas à etapa estadual, apenas uma aborda diretamente a política habitacional, ao propor a atualização dos programas existentes com foco na população idosa e na agilização dos trâmites cartorários. Esse dado evidencia o descompasso entre a presença formal nos espaços de participação e a efetiva capacidade de incidir no conteúdo das políticas, revelando tensionamentos estruturais na dinâmica da conferência. A Tabela 1 apresenta as propostas aprovadas no eixo habitacional.

Tabela 1: Propostas do eixo habitacional da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa.

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA	MUN.	EST.
Flexibilização dos parâmetros construtivos nos loteamentos antigos, a fim de ocupar os vazios urbanos, aproveitando a infraestrutura existente e mantendo a população no seu convívio social, criando incentivos para ocupação desses espaços e aplicando ferramentas como o IPTU progressivo.	x	
Aumento da taxa de ocupação dos terrenos de 50% para 70%, possibilitando construções maiores; diminuição dos recuos frontais de 5 m para 3 m, aumentando a sobra de terreno nos fundos; preferência na aprovação de projetos da Zona Especial de Interesse Social - ZEIS.	x	
Atualização dos programas habitacionais no âmbito federal, estadual e municipal: Facilitação do acesso à população idosa, aumento da porcentagem de financiamento para 90%, redução de prazo de registros cartorários dos contratos de financiamento para 5 dias.	x	x
Garantia de 3% dos recursos municipais para o FMHIS - Fundo Municipal de Habitação de interesse social.	x	
Elaboração e aprovação do projeto de lei municipal sobre a auto gestão e assistência técnica de habitação de interesse social.	x	

Fonte: IPLAN (2024), organizado pela autora (2025).

O conteúdo das 40 propostas aprovadas, para além do eixo habitacional, revela uma predominância de temas relacionados à mobilidade urbana, saneamento, segurança e governança, tratados com linguagem técnica e universalizante. Mesmo propostas de interesse das populações periféricas, como a simplificação de legislações de transporte intermunicipal ou a defesa da gestão democrática nos conselhos, não explicitam os recortes de classe, raça ou gênero que estruturam a desigualdade urbana, a exceção parcial da proposta voltada ao saneamento rural, que menciona comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa revelou aspectos centrais sobre a produção e o consumo do espaço urbano a partir da participação das mulheres negras, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos populares de luta por moradia. Como espaço

de formulação de políticas públicas urbanas, a Conferência evidenciou desigualdades estruturais marcadas pelas interseções entre gênero, raça, classe e o acesso à moradia digna.

Embora sociais populares tenham presença expressiva nas mobilizações, as hierarquias baseadas em gênero, raça e classe limitam sua influência nas políticas públicas, restringem o protagonismo das mulheres negras e dificultam a formulação de propostas interseccionais.

Esse padrão evidencia a força de filtros institucionais que, ao pautarem os debates em torno de tecnicidades e diretrizes gerais, esvaziam o potencial insurgente das pautas interseccionais. A Conferência funciona, nesse sentido, mais como um campo de tensionamento do que de síntese democrática. O protagonismo das mulheres organizadas está presente, muitas delas negras, mas limitado pela forma e pela gramática da participação institucional, que tende a neutralizar sujeitos politicamente marcados e suas experiências urbanas específicas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Cartilha: **6ª Conferência Nacional das Cidades (Atualizada 2025)**. 2025. Disponível em: <https://www.redus.org.br/concid24/brasil/conferencia-nacional/biblioteca/4af7b304-14a4-4e8a-8a58-9abdaad10f71>. Acesso em: 4 jun. 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — IBGE. **Panorama Censo Demográfico 2022: Ponta Grossa – PR**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA — IPLAN. **7ª Conferência Municipal da Cidade de Ponta Grossa – 2024**. Disponível em: <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/7-conferencia-municipal-da-cidade-de-ponta-grossa/>. Acesso em: 4 jun. 2025.

MADALOZZO, N. **Rio e Ferrovia: a Produção Social do Espaço Urbano em Ponta Grossa - PR**. Fi, 2022. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/459nisiane>. Acesso em: 4 jun. 2025.

PARANÁ. Conselho das Cidades do Paraná. **Conferências da Cidade**. 2005. Disponível em: <https://www.concidades.pr.gov.br/conferenciasdacidade>. Acesso em: 4 jun. 2025.

[1] Arquiteta urbanista e mestranda em Gestão de Território pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Membro do Grupo de Estudos Urbanos e Regionais – GEUR. E-mail: 24040100010@uepg.br.

[2] Arquiteta urbanista, Mestre em Geociências, Doutora em Geografia, docente e pesquisadora pela UEPG. Vice-líder do GEUR. E-mail: nmadalozzo@uepg.br.

[3] Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia, docente e pesquisador do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG. Líder do GEUR. E-mail: ebelosouza@uepg.br.